

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.066 - SP (2019/0207492-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : C R DOS S
ADVOGADO : JOSELI SILVA GIRON BARBOSA - SP102409
AGRAVADO : R DE C O C DOS S
ADVOGADOS : ADRIANA DE ALMEIDA ARAÚJO FREITAS - SP269591
RENATA SILVA ALMEIDA - SP376869

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Apelação. Ação de extinção de condomínio e alienação de imóvel. Sentença de procedência. Inconformismo do autor. Manutenção da sentença por seus próprios fundamentos (art. 252 RITJSP). Cerceamento de defesa não verificado. Matéria de defesa (que teria o réu adquirido o bem com recursos exclusivamente seus) esbarra em coisa julgada, tendo sido o bem partilhado entre as partes na ação de divórcio. Quanto aos débitos pagos pelo réu, cabe a ele promover a ação necessária a eventual reparação pela autora. Irrelevante se tratar de bem de família, não consistindo a presente ação em penhora do imóvel. Litigância de má-fé não verificada. Honorários advocatícios sucumbenciais majorados, de 10% a 12% sobre o valor da causa. Recurso não provido.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 79, 80, 81, 369, 442, 435, 502 e 503 do Código de Processo Civil de 2015; 212, II e III, 1.317, 1.659, I e II, do Código Civil, além de divergência jurisprudencial. Sustenta cerceamento de defesa decorrente do julgamento antecipado da lide e afirma que o bem partilhado pelo acórdão recorrido foi adquirido com recursos exclusivamente seus.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O recurso não pode ser acolhido sem o reexame de prova, a partir da qual seria possível adotar a premissa de que partem suas razões, qual seja, a de que o imóvel foi adquirido com recursos exclusivos da parte agravante. A adoção de tal premissa é inviável

nesta oportunidade, dado o disposto na Súmula 7/STJ.

De qualquer modo, tem-se que a partilha do imóvel é matéria já decidida em sentença transitada em julgado, juntada nestes autos às fls. 21/30. Nela já ficou definido que cada uma das partes tem 50% do apartamento, assim como dos débitos que incidem sobre ele.

Trata-se, portanto, de coisa julgada. A partilha não é tratada nestes autos, apenas a extinção de condomínio.

Pelo mesmo motivo, não há que se falar em cerceamento de defesa. A parte agravante alega ter requerido a produção de provas com as quais pretendia demonstrar que o imóvel em questão foi adquirido exclusivamente por ele, bem como o montante da dívida correspondente a ser suportada pela requerida, o que, como dito, é matéria tratada em outra ação e estranha ao presente processo.

Por tratar o acórdão recorrido da ação de extinção de condomínio e versar o recurso especial sobre matéria discutida em outra ação, com sentença transitada em julgado, aplicam-se ao caso as Súmulas 283 e 284 do STF.

Pelo mesmo motivo, não está caracterizado o dissídio jurisprudencial, pois os casos juntados aos autos não se assemelham ao acórdão recorrido.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora